

Termos de troca: Entrevista com Ian Merkel

*Terms of exchange:
an interview with Ian Merkel*

<https://doi.org/10.26512/rhh.v11i22.53314>

Entrevista com **Ian Merkel** (University of Groningen)

Luiz Cesar de Sá

Universidade de Brasília

<https://orcid.org/0000-0003-3646-7940>

luizdesajunior@gmail.com

Dhyan Ramayana

Universidade Federal do Rio de Janeiro

<https://orcid.org/0009-0005-5574-4677>

Caio Dias

Universidade de Brasília

<https://orcid.org/0009-0008-1483-4029>

Ian Merkel foi recebido para uma série de atividades no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília em julho de 2023. Elas giraram em torno de *Termos de troca: intelectuais brasileiros e as ciências sociais francesas*, publicado pela University of Chicago Press (2022), com tradução no Brasil, pela Edusp (2023). O livro trata das relações intelectuais franco-brasileiras, materializadas sobretudo na Universidade de São Paulo, a partir dos anos 1930. Essa história, contada tantas vezes, reemerge sob um novo prisma ao privilegiar a agência de intelectuais brasileiros na consolidação das ciências sociais francesas.

É um projeto exigente. Requer, primeiro, combinar procedimentos da história intelectual, da sociologia e da história social em busca de modos de ler os textos nas condições assimétricas que foram as suas, e para além de uma gramática das influências. Depois, um forte trabalho arquivístico, no vai-e-vem entre os papéis onde estão depositados os resíduos das experiências de Claude Lévi-Strauss, Fernand Braudel, Roger Bastide e Pierre Monbeig no Brasil. Ainda, lançar luz sobre o caráter dinâmico das relações públicas e privadas que se travam cotidianamente nas e pelas instituições de saber, deslocando incessantemente as ideias entre o local e o universal. Esses são alguns dos temas de que Merkel nos falou em entrevista concedida a Luiz César de Sá, Dhyán Ramos e Caio Dias.

Luiz César de Sá. Para começar, gostaria de discutir sua posição ao escrever este livro. *Termos de troca* é apresentado como uma introdução ao mundo de língua inglesa das várias formas de circulação de saberes entre intelectuais brasileiros e franceses. Talvez pudéssemos explicar o seu procedimento de trabalho segundo duas figuras. A primeira é, justamente, a do intelectual mediador, do *passeur*, propiciada pela distância que você, um norte-americano, considera manter em relação a seus objetos. A segunda tem a ver com a tentativa de transformar as relações franco-brasileiras num trabalho de campo, num *terrain*, que pudesse ser percorrido nos marcos do etnógrafo. Então, pergunto: você se reconhece em uma dessas figuras ou em ambas? E, se sim, uma delas sobrepujaria a outra?

Ian Merkel. Obrigado por estas questões e esta entrevista. Eu diria que não havia pensado na minha posição dessa maneira, mas a categoria de intelectual mediador certamente se aplica a mim. É uma categoria conhecida pelo

trabalho de intelectuais brasileiros, mas também aparece no de Christophe Charle, que estudou a primeira internacionalização da universidade francesa. Eu me identifico com esse papel. Ele faz sentido para mim ao me permitir perceber como estruturas profundas, como a da circulação internacional do conhecimento, se fazem presentes, e que regras, possibilidades e limitações lhe conferem sentido. Busquei me inspirar em Bourdieu e em bourdieusianos brasileiros, sem deixar de tentar ir além de seus pressupostos. Afinal, o artigo de Bourdieu que é muito citado sobre esse tema, sobre as condições de circulação internacional, é bastante curto, e não chega a ser suficientemente desenvolvido. Foi ali que me deparei com uma brecha para explorar mais lógicas que poderíamos denominar “estruturais”. No fundo, me identifico com a posição de um historiador do conhecimento, que não é um sociólogo do conhecimento. Isso vem em parte, talvez, de minha curiosidade e interesse em entender fenômenos da cultura de modo mais geral, o que me levou a combinar essa disposição intelectual do historiador do conhecimento à ótica etnográfica, em sua disposição ao esforço de imersão cultural. Ao mesmo tempo, vejo aqui os rastros dos pesquisadores que estudei – Lévi-Strauss, Roger Bastide – ao pensar historicamente a observação participante. Outro ponto fundamental é o conjunto de minhas interações com o mundo intelectual brasileiro, que se originam dos anos em que vivi no Brasil, dos laços sólidos que aqui forjei com várias pessoas e de minha busca por uma *thick description*, nos termos de Clifford Geertz.

L.C.S. Indo além nesses anos de formação, gostaria de indagá-lo sobre as leituras que lhe pareceram marcantes e em que sentido elas participaram da construção dos seus problemas de investigação.

I.M. É uma longa história... Vou tentar resumi-la, pois eu realmente passei por muitos lugares, tanto em termos institucionais, quanto geográficos. Um primeiro passo foi dado com meus estudos de francês. É uma língua que fazia parte do currículo do meu colégio, mas que eu conheci, na verdade, graças a um professor do Mali; minha instituição levava alunos para estudar lá. No início, eu tinha vontade de ser musicólogo, pois gostava de tocar tambor, e tinha na cabeça a imagem do que poderíamos chamar “império francês”. Depois ingressei num programa de estudos franceses na Universidade de Nova Iorque. Lá havia pessoas muito afeitas a questões coloniais e pós-coloniais. Foi quando comecei a ler autores como Aimé Césaire, Frantz Fanon, entre muitos outros, ao mesmo tempo em que comecei a me voltar para o Brasil e

para a história intelectual. Essa combinação fazia sentido para mim porque me permitia repensar a história intelectual (ou a teoria da história, como dizem no Brasil), que, devemos admitir, é, pelo menos no mundo anglófono, muito europeia. Os estudiosos que líamos tendiam a ser europeus, nem mesmo norte-americanos. Além disso, o departamento de história da NYU, em que me formei, era dominado e continua sendo dominado por historiadores sociais, pessoas dedicadas à história do trabalho. Não eram professores interessados por questões de teoria ou mesmo de metodologia da história; estavam mais concentrados na prática da história e na historiografia. De tudo isso resultou uma formação eclética. Eu sempre fui muito curioso. Lia textos de disciplinas diferentes, em busca de minha própria abordagem metodológica, atenta às dinâmicas sociais de produção do conhecimento, a partir dos arquivos, das trajetórias. Quando eu comecei a me interessar pelo Brasil, percebi que muitas das grandes figuras das teorias das ciências sociais, a exemplo de Lévi-Strauss e de Braudel, passaram seus de juventude aqui. Era a oportunidade perfeita para entrar no campo das trocas e intercâmbios intelectuais.

L.C.S. Esses intercâmbios estão ligados a uma experiência de vida no Brasil. Como ela se deu?

I.M. Na primeira vez que vim ao Brasil, tive uma bolsa de dois meses para aprender português. Eu fui para Salvador, a primeira cidade que conheci, e, felizmente, um amigo meu, afro-americano, muito engajado na cultura baiana – especialmente no candomblé – me arranhou um apartamento no Largo Dois de Julho, que é uma região histórica, popular, o que me levou a conhecer não só a beleza do barroco, mas a viver uma experiência histórico-cultural brasileira. Ali eu conheci minha esposa, que é de Salvador. Fui morar no Ceará com ela e, nesse período, também passei muito tempo entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Eu diria, então, que tive uma visão abrangente do Brasil, mas a partir desses locais.

L.C.S. Num primeiro momento, então, suas experiências de leitura sobre o Brasil se davam com obras de brasilianistas, para somente a seguir estabelecer contato direto com trabalhos da historiografia brasileira, menos presentes no cenário intelectual norte-americano?

I.M. Sim, é verdade. Eu comecei lendo trabalhos disponíveis em inglês, principalmente porque meu conhecimento de português não era suficientemente bom no início. Mas, depois de começar minha imersão no Brasil, eu comecei a ler quase exclusivamente em português. Confesso que não havia lido quase nada sobre história intelectual brasileira antes de vir, somente obras de história social e política. Foi na USP que de fato comecei a lidar com trabalhos que buscavam compreender o Brasil nesses termos.

L.C.S. E como começa sua relação com a Universidade de São Paulo, onde você se doutorou em cotutela com a NYU?

I. M. Começa em 2014, até eu me formar, sob a orientação do Paulo Iumatti. O período que passei lá foi dedicado ao trabalho nos arquivos, a exemplo do arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros, que me marcou muito. Ao mesmo tempo, devo dizer que me aproximei de alguns pesquisadores ligados à história intelectual e à história das ciências sociais, muitos antigos alunos de Sérgio Miceli, da Fernanda Peixoto. Esse contato foi imprescindível no curso das minhas leituras.

L.C.S. O seu contato com esses textos, mediado por uma rede de intelectuais cujas posições talvez constituíssem uma unidade para você, em alguma medida lhe parecia assumir a forma de um “pensamento uspiano”, no sentido de um legado epistemológico bem definido em torno de certos grupos daquela universidade?

I.M. Sim, isso era claro. Minha experiência me faz pensar num livro publicado recentemente, *Bourdieu à brasileira*, que analisa em detalhe a figura de Sérgio Miceli, ainda que ele não tenha sido fruto direto da história que narro no livro, sobretudo por não ter estudado na USP com professores franceses. Em todo caso, ele se tornou possivelmente a figura mais importante do que muitos consideram hoje a “escola uspiana em ciências sociais”. A questão de fundo me parece ser geracional. Hoje não há, nem entre os professores em vias de se aposentar, nem entre os jovens, quem tivesse mantido contato direto com os personagens da minha história. Mas a geração imediatamente anterior, sim. Um exemplo que dei em minha palestra aqui na UnB é o de

Fernando Henrique Cardoso. Eu vi um tempo atrás uma reedição do livro “O candomblé da Bahia”, de Roger Bastide, de 2000 ou 2001, prefaciada por ele, que era presidente do Brasil naquele momento. Ele certamente tinha vários afazeres, mas achou suficientemente importante prefaciar o livro para se colocar nessa história.

L.C.S. Esforços como esse estão ligados a uma produção sistemática de memória, algo aliás bastante explícito no caso citado por você, já que, tanto no tempo livre quanto no de trabalho, Fernando Henrique Cardoso se ocupava de registrar seus passos, que conhecemos com a publicação dos *Diários da presidência*. São exemplos que nos permitem entrar em outro aspecto do seu trabalho, que é a referência à cidade de São Paulo como uma semimetrópole do conhecimento e, nessa ótica, um ambiente irradiador de uma memória institucional organizada.

I.M. Sim, a produção sistemática de memória, de uma autorrepresentação, está muito presente na cultura acadêmica da universidade e da cidade de São Paulo. Minha orientadora, Barbara Weistein, de certa forma tratou disso num livro publicado em português, *A cor da modernidade*, sobre São Paulo e a construção da raça e da nação no Brasil a partir de São Paulo. Nele aparecem todas aquelas imagens que conhecemos de São Paulo como “locomotiva do Brasil”, o que é ao mesmo tempo um fato histórico em termos do desenvolvimento econômico e uma narrativa que torna esse fato uma justificativa da supremacia de São Paulo dentro do Brasil. Poderíamos usar esse procedimento para fazer uma analogia com a história da USP, que se incorpora, como fato e narrativa, nessa história da excelência de São Paulo, tanto por ter sido a primeira universidade brasileira quanto pela presença desses professores importantes (*a posteriori*) de fora do país. Essa percepção, que é respaldada por rankings até hoje, ainda que sempre seja possível debater o valor desses critérios, era mais ou menos inquestionável até os anos 1990, início dos 2000, até sofrer questionamentos, pelo menos no âmbito das ciências sociais. Apesar das críticas que sugerem um reposicionamento da USP no cenário brasileiro, essa imagem segue muito forte, assim como segue existindo um trabalho forte de produção de memória institucional.

Dhyan Ramos. No conjunto, a imersão intelectual que você fez nesses anos todos coloca em cena vários padrões analíticos, entre as leituras brasilianistas

e aquelas feitas no Brasil. Como elas participam da formação de seu olhar sobre a documentação empregada em *Termos de troca*?

I. M. A primeira coisa a dizer sobre a influência brasileira sobre meu olhar é que, por mais que muito se fale de interdisciplinaridade nos Estados Unidos e na Europa, da necessidade de manter um diálogo aberto, não há cursos, como os disponíveis nas universidades brasileiras, que envolvam as ciências sociais de forma geral. Ciências Sociais, lá, implica a divisão rígida dos campos da sociologia, da antropologia, da ciência política... A interdisciplinaridade me permitiu pensar minhas questões em termos mais abrangentes. Para chegar ao lugar de meu ponto de vista sobre os intelectuais brasileiros e franceses estudados no livro, seria preciso enfatizar um esforço de distanciamento, na tentativa de evitar reconhecê-los dentro de minha própria genealogia. Queria vê-los um tanto à distância, como um grupo ou tribo cujos ritos de iniciação não são os mesmos que aqueles pelos quais passei, tratando-os com toda a seriedade. Evidentemente, eu não estou completamente alheio a essas tradições, tendo em vista minha formação e presença no Brasil e na França, onde eu também tive uma inserção significativa, tendo sido bolsista da École Normale Supérieure, frequentando a École des Hautes Études, mas sempre com um pé de fora.

Caio Dias. Retomando a questão da produção memorialística, a multiplicação de cursos superiores pelo Brasil certamente teve algum impacto na percepção do lugar ocupado pela Universidade de São Paulo a partir do período coberto pelo seu trabalho. Mas isso também se aplica, na sua opinião, à capacidade de atração de intelectuais estrangeiros, particularmente os franceses?

I. M. Sim, pois desde o início meu ponto de partida foi tomar a USP como um polo de conhecimento entre outros no Brasil, no que diz respeito às ciências sociais. Na minha história aparecem também o Rio de Janeiro, Recife, Salvador – não no âmbito universitário, mas desempenhando, por exemplo, um papel decisivo na construção dos estudos sobre religiões afro-brasileiras. Ainda assim, a USP manteve um papel central. Além de ter se fortalecido num momento em que havia pouquíssimas universidades no país, seus quadros assumiram muitas posições nas instituições nacionais. Poderíamos falar, por exemplo, de Eurípedes Simões de Paula, um aluno de Braudel que veio a

dirigir a faculdade de Filosofia e chefiou a instituição que viria a se tornar a ANPUH. É claro que, com o passar do tempo, o modelo universitário brasileiro mudou muito, movido pelo crescimento econômico e pela expansão das universidades. Nesse sentido, o Brasil se tornou, nos últimos anos, muito semelhante aos Estados Unidos, ou mesmo à Alemanha, cujo modelo não é centralizado. Por outro lado, os laços intelectuais com a França deixaram de ser fundamentais a partir do momento em que outras possibilidades se colocaram. E a França já não é o que era nos anos 1930-1960 – não saberia dizer o que significa a expressão “modelo intelectual francês” nos tempos de Macron... –, o que significa que a relação privilegiada com intelectuais da USP não funciona mais nos mesmos termos.

D.R. Voltando ao seu comentário sobre a dimensão interdisciplinar, seu livro, embora feito por um historiador do conhecimento, tem uma dimensão sociológica. *Termos de troca* parte da aposta nos mecanismos da sociologia para considerar as relações de força entre os intelectuais ao mesmo tempo em que rejeita o “difusionismo” como chave de leitura. Minha pergunta é: de que forma esse repertório foi de serventia na elaboração de seus protocolos de análise?

I. M. Leitores e leitoras de Bourdieu foram importantíssimos para mim ao desenvolver minhas ferramentas de análise, ainda que nem sempre isso seja reconhecido. Eu posso, além do livro que cito na introdução, *Manet, une révolution symbolique*, dizer que livros como *As regras da arte* ou *Homo academicus* me permitiram entrar nas questões específicas do contexto intelectual francês e na sociologia do conhecimento. Em todo caso, o que me parece indispensável a qualquer historiador intelectual é entender as possibilidades abertas pelo recurso a análises sociológicas sem se prender a elas, pois existe certa circularidade no trabalho de Bourdieu, que privilegiava a dimensão sincrônica dos fenômenos. Sendo um tanto esquemático, ele toma um campo de estudo e privilegia suas dinâmicas em detrimento de sua evolução. Do ponto de vista dos historiadores em geral, seria mais adequado enfatizar as mudanças, a duração, ao passo que, no caso da história intelectual, predomina o interesse pela historicidade da construção das obras ou dos conhecimentos em causa, no interior da própria análise dos textos, o que não era o terreno de Bourdieu. No fim das contas, creio que o mais importante seja pensar como os autores podem te servir, e não o que eles representam por si mesmos. Isso ajuda a evitar, por exemplo, as leituras que tentam transformar

Bourdieu num conservador, dizendo que a atenção às dinâmicas do capital simbólico estão a serviço dos que buscam espaços de poder. É o mesmo tipo de crítica que hoje se faz a Foucault, para muitos um verdadeiro neoliberal por ser um adversário do Estado de bem-estar social. Quanto ao difusionismo, é um conceito radicado no século XIX, no bojo de estratégias de classificação racial e cultural muito marcadas, além de resultar num modelo para a compreender como a cultura se espalha de modo geral. O que vemos hoje é muito diferente: as influências culturais tendem a ser multidirecionais, ainda que sejam desiguais. Nunca há um encontro totalmente unilateral – à exceção do genocídio – e, nesse sentido, podemos tomar alguns princípios da história global para fazer ver justamente essas conexões governadas por estruturas desiguais, mas que mesmo assim abrem espaço para tipos de troca às vezes surpreendentemente multidirecionais.

C.D. No seu horizonte teórico-metodológico, chama a atenção a tentativa de compreender a presença, ou a ressonância, das ideias de intelectuais brasileiros entre os franceses. Seu foco não recai necessariamente sobre a incidência direta de uma ideia sobre um texto, no interior de uma economia das citações, mas, antes, sobre os arquivos. Isto é, como os procedimentos de leitura, as discussões entre os autores, aquilo que constituiu para eles um campo de interesses comuns se dá através dos arquivos. Então, gostaria de saber como funcionou para você esse processo de diálogo entre arquivos.

L.C.S. Também desponta, no seu estudo, a tentativa de colocar um arquivo em contraste com o outro, no sentido de pensá-los como laboratórios de uma concorrência intelectual.

I.M. É verdade. Ângela de Castro Gomes comenta que, quando os estudos intelectuais no Brasil se voltaram mais fortemente para os arquivos, havia um certo fetiche em torno deles. Muitas pessoas seguem caindo na armadilha ao estudar dado autor, sem pensar que tudo aquilo que o arquivo contém foi muitas vezes escolhido pelo próprio indivíduo ou sua família. Com isso, se reproduz o que consta no arquivo como se fosse a informação mais definitiva sobre sua vida e obra. Quando assumimos uma perspectiva ampla, se torna possível ver não só relações, mas tipos de catalogação, de comunicação, de difusão totalmente diferentes entre si. Por exemplo, alguém interessado, como eu, na presença de Braudel no Brasil, teria de considerar as diferenças

nos modos como os brasileiros falam dele com outros brasileiros, mas também como os franceses falam dele com outros franceses, etc. Quanto mais dimensões estão ao nosso dispor, mais podemos ser, senão objetivos, ao menos reflexivos na construção de nossos problemas. É a maior serventia de multiplicar os arquivos. No meu caso, ainda houve a sorte de, enquanto estava preparando a tese, alguns arquivos importantes para mim terem sido abertos, como o de Lévi-Strauss.

L.C.S. O que você diz me faz pensar na ideia de que as divergências intelectuais são objeto de técnicas, de uma tecnologia, cujo funcionamento merece tanta atenção quanto os conteúdos das disputas. Isso pode ser de interesse no mínimo porque mostra que disputas intelectuais não necessariamente correspondem a disputas sociais. Pelo contrário. É o que você descreve ao sublinhar as relações simbióticas entre Braudel e Lévi-Strauss. Os debates e refutações lhes conferiam solidez em seus respectivos campos ao mesmo tempo em que os autorizavam a representar, no sentido diplomático do termo, correntes teóricas mais abrangentes que as comportadas por seus estudos.

I.M. Pode parecer óbvio no presente de todos, mas é comum na história intelectual que não empreguemos a mesma lógica social para entender que as pessoas podem ser publicamente inimigas, ou estarem em discordância pública, permanecendo próximas, até amigas, no privado. E, no caso de Lévi-Strauss e Braudel, isso é nítido. Temos dois modelos: quando são encarados de um ponto de vista formal, vemos que o estruturalismo sincrônico de Lévi-Strauss é oposto à estrutura de longa duração de Braudel. Porém, quando pensamos que eles eram dois jovens, ao redor dos 40 anos, se estabelecendo nas suas carreiras em diálogo, fica clara a ambição de buscar paradigmas. Era útil para ambos ter no outro alguém para definir os próprios métodos e campos em oposição. É preciso, então, deixar de lado qualquer forma de antagonismo absoluto, e incluir, para além das ideias, os corpos, as circunstâncias que as moveram em diferentes sentidos. Essa é uma observação importante, pois afasta a ideia de uma influência unidirecional. Eu prefiro, como tenho insistido, a ideia de conexões, porque o que me marcou no processo de pesquisa é a atualidade dos brasileiros, além do protagonismo – basta contextualizar o pensamento temporal de um Caio Prado Jr., o pensamento social e econômico de todo este grupo, a dimensão interracial, com Gilberto Freyre – diante do pensamento dos intelectuais franceses do mesmo momento. É

claro que é muito difícil, no exercício da história intelectual, saber o que os autores estavam realmente lendo, assim como o impacto do que leram e acabaram não citando em seus trabalhos. Às vezes, quando vamos a um arquivo, ocorre de ganharmos acesso às bibliotecas particulares, em que você vê diretamente os livros lidos e, melhor ainda, as anotações. É aí que aparece a questão da influência (embora eu raramente use o termo no livro), que tentei considerar, modestamente, a partir de uma recontextualização das trocas intelectuais.

L.C.S. Contextualizar as múltiplas direções tomadas por argumentos e agendas se soma, no seu livro, à exploração das dinâmicas entre centro e periferia, o que é uma maneira de dar ênfase ao caráter desigual das trocas intelectuais a que você se refere. Por mais que haja, como você considera, uma atualidade das ideias dos intelectuais brasileiros, é inegável que elas nem sempre equivalem, ao menos do ponto de vista da eficácia, a suas contrapartes francesas. De outro lado, é preciso, vimos, questionar o próprio valor dos termos “centro” e “periferia”, uma vez que as relações de desigualdade que pressupõem são elas próprias dinâmicas, com claras inflexões ao longo do tempo.

I.M. A primeira coisa a dizer é que de fato centro e periferia são termos relativos, não empíricos, e que isso faz parte da categorização de Immanuel Wallerstein em *World-Systems Analysis*, muito criticada. Apesar disso, creio ser de interesse a ideia de que o centro capitalista industrial consegue capturar a mais-valia das economias periféricas, especialmente as coloniais, e que é isso que define o funcionamento do sistema mundial. Fazendo uma analogia, poderia dizer algo semelhante sobre as dinâmicas do mundo intelectual. A questão do Brasil e da América Latina, além de outros lugares relativamente ricos no sul global, é que existiria, como você mencionou antes, outra categoria, a de semiperiferia. Isto é, um ambiente industrializado, digamos, organizado, institucionalizado, no caso do conhecimento universitário. Nesse caso, haveria uma condição subalterna em termos relativos, mas jamais em termos absolutos. O desafio dos que estudam o Brasil e os brasileiros na história intelectual global é justamente apontar essas contradições, as ambiguidades. Fazer a crítica das desigualdades reconhecendo os termos pelos quais essa crítica se tornou possível. Por exemplo, tomemos alguém como Frantz Fanon, que está sendo recuperado pela crítica que fez do império francês. De onde ele vem? Da Martinica, a colônia mais francesa que existe em sua época. No pós-guerra da Martinica, os colonizados são efetivamente

cidadãos franceses. Então, este é o benefício do ponto de vista semiperiférico: entender o que está acontecendo no centro e na própria periferia. Penso que há nisso uma forte explicação do interesse dos franceses que estudei pelo Brasil, pois o país permitia um olhar mais amplo das situações coloniais e metropolitanas ao mesmo tempo.

L.C.S. O conceito de semiperiferia também parece assumir, no seu trabalho, a forma de um antídoto contra um uso muito restrito da noção de resistência, como se o pensamento periférico estivesse necessariamente na contraluz do pensamento metropolitano, ou sempre subjugado por ele. Uma contribuição do seu livro seria, então, retomar a dinâmica das negociações, por vezes tácitas, no sentido de que as relações se normalizam num espaço em que se reconhece a desigualdade intelectual, sem que esta necessariamente acarrete um combate permanente?

I.M. Sim, eu concordo plenamente. Vocês sabem, eu termino o livro com um texto, bastante divertido, mas na opinião de muitos, um dos mais fracos de Caio Prado Jr., que é o *Estruturalismo de Lévi-Strauss e o marxismo de Louis Althusser*. Nesse texto, Caio Prado nota nesses dois autores um uso muito simplista dos conceitos, que, talvez por isso mesmo, tomariam as mentes dos “menos prevenidos” com facilidade. Mas a crítica é ouvida por poucos, pois era uma crítica totalmente contrária aos princípios do centro, o que fazia com que ninguém aderisse a ela. Basta lembrar que as críticas deveriam ter sido publicadas numa revista francesa, o que nunca chegou a ocorrer. Então, justamente esse privilégio de mergulhar nos valores que constroem a força das críticas, repensar as dinâmicas em que são discutidas, me interessa muito mais do que encaixá-las comodamente numa lógica de pura resistência ao pensamento estrangeiro e metropolitano.

C.D. A atenção aos usos na escala local encontra um exemplo em seu livro na passagem sobre como Gilda de Mello e Souza leu Mário de Andrade e Lévi-Strauss. A assimetria parece levar a que Lévi-Strauss sirva de chave de leitura a *Macunaíma*, sem falar no contraste entre o caráter supostamente puro das ideias de Lévi-Strauss e a ênfase nos aspectos biográficos de Mário.

I.M. É um exemplo eloquente das várias direções em que vemos as desigualdades. Uma parte disso tem certamente raiz linguística. Há uma tendência, quando falamos do pensamento de estrangeiros, de não traduzir certas palavras, a exemplo de *bricolage*, que existe em português, para expressar o universalismo das ideias traduzidas por elas. Mas há algo mais geral, que me leva de volta às leituras que fazia antes de começar este projeto, quando imaginava trabalhar com a Guiana Francesa. Lendo os historiadores brasileiros que tratavam da Guiana Francesa, notava que todo o aparato metodológico deles vinha da França – Bourdieu, Braudel etc. Uma parte disso se refere a um pensamento universal que lhes era útil. Outra parte tem a ver com a repetição de uma certa maneira de pensar, que é justamente a ideia de que as teorias vêm de fora e que as instâncias práticas seriam produtos locais a serem analisados com base em categorias universais. Parece ser o caso de Gilda, que conhecia ambos, teve aulas com Roger Bastide e dialogou com suas ideias segundo um sistema de capital simbólico que vem de um processo social específico. No caso de Mário de Andrade, vemos, também, que a construção de mecanismos teóricos universais não é necessariamente uma prioridade. Ele teve, por exemplo, um papel burocrático importante na construção do teatro municipal de São Paulo, nos anos 1930. O tempo de Mário não foi empregado para fazer teoria, e nem ele, me parece, diria que sua obra etnográfica ou literária tem algum tipo de consistência teórica nítida. Isso não quer dizer que ele era incapaz de fazê-lo por diletantismo, mas simplesmente que suas escolhas e oportunidades o levaram em outra direção.

L.C.S. Considerando a escala dos valores e das críticas a que você se refere, o centro de sua discussão é, portanto, determinar graus, sempre relativos, de autonomia intelectual? Por exemplo, no caso de brasileiros que se dirigem às suas contrapartes “metropolitanas” sabendo que não serão necessariamente ouvidos e repercutidos, mas que serão mais ouvidos e repercutidos dentro de seu país ao assumirem ao menos a aparência de um diálogo internacional simétrico.

I.M. Quando estudamos a circulação de ideias num contexto global, internacional, há vários níveis de abordagem, do mais internacional e abstrato ao mais concreto e local. No fim das contas, o que estava em jogo para muitas dessas pessoas, e continua a ser assim hoje, é a autonomia intelectual, somente possível quando alguém detém uma posição que viabiliza esse tipo de trabalho, o que necessariamente passa pelo reconhecimento de um mérito.

Para a maior parte dos brasileiros estudados em meu livro, esse espaço era o Brasil, por mais que dialogassem com a França e frequentassem aquele país. Eu participo de um grupo de história global, na Alemanha, que tem examinado a ideia de desconexões no lugar da de conexões. Considero uma boa perspectiva para pensar a circulação, que sempre pressupõe seu oposto, as barreiras, a não circulação. Seria perfeitamente possível escrever um livro sobre a falta de trocas, os silêncios mútuos, na mesma medida em que é possível uma história das conexões, que eu fiz.

Recebido em 9 de março de 2024
Aprovado em 30 de março de 2024